

36º Encontro Anual da Anpocs

GT 24 - O pluralismo na teoria social contemporânea

A noção de ontologia múltipla e suas consequências
políticas

Iara Maria de Almeida Souza

A noção de ontologia múltipla e suas consequências políticas

Resumo: É possível observar hoje nas ciências sociais um interesse crescente pela ontologia. Se boa parte da agenda clássica da disciplina estava situada no campo da epistemologia, centrada na noção de representação; a agenda atual em grande medida se define por uma preocupação em entender não visões de mundo, mas as realidades ou os mundos em que estamos imersos. Segundo Marres a virada ontológica nesta disciplina compreende dois níveis distintos de reflexão. No primeiro nível, ontologia se refere à explicitação dos pressupostos metateóricos acerca de quais entidades constituem a realidade e quais são as relações entre elas. Em outro nível se situam os autores cuja abordagem é rotulada por Marres de ontologia empírica, ou seja, que a pensam como fenômeno empírico ou acontecimento. Procura-se explorar neste nível as associações por meio das quais diferentes entidades vêm a ser no mundo e a própria realidade é vista como múltipla e fluida. A proposta deste artigo é discutir mais detidamente este segundo nível da ontologia, em especial a noção de ontologia múltipla formulada por Mol, explicitando sua compreensão das consequências políticas desta abordagem.

A noção de ontologia múltipla e suas consequências políticas

Iara Maria de Almeida Souza

Certamente é controverso dizer que as ciências sociais vivem no presente uma virada ontológica. De todo modo, podemos observar na contemporaneidade um crescente interesse por ontologia, ou melhor, por ontologias, dito assim no plural para sermos mais precisos. Isso se dá na antropologia e, em especial, no campo dos estudos sobre ciência e tecnologia.

Marres (2009), que advoga a existência de uma “virada ontológica” na teoria social contemporânea, sugere que esta compreende dois níveis distintos de reflexão. Em um primeiro, o mais clássico e conceitual, ontologia se refere à explicitação dos pressupostos metateóricos acerca de quais são as entidades que constituem o mundo ou a realidade e as relações sociais entre elas (MARRES, 2009, p. 126). Ao invés de procurar responder à pergunta sobre o modo como conhecemos o mundo (interrogação epistemológica por excelência), a ontologia busca esclarecer e explicitar a questão acerca da natureza do ser e/ou dos distintos modos de ser que encontramos no mundo. Ainda de acordo com Marres, esta compreensão clássica da ontologia, como um tipo de gramática da realidade social, pode ser considerada como uma abordagem ‘epistêmica’ à ontologia, pois pressupõe que o discurso da teoria social é o plano mais relevante em que a existência de entidades é posto.

Em outro nível, encontramos autores cuja abordagem é rotulada por Marres (2009) de “ontologia empírica”, ou seja, que pensam a ontologia como fenômeno empírico, como acontecimento. Esta posição é bastante forte na antropologia. Se boa parte da agenda sócio-antropológica clássica estava situada no campo da epistemologia – pois buscava entender as diferentes culturas, concebendo-as como formas de representação da realidade – a agenda contemporânea já não está tão interessada em compreender o conjunto de representações construídas por povos distintos (suas “visões de mundo”), mas se volta para a apreensão dos mundos em que os grupos sociais estão imersos. Para os

autores que compartilham esta preocupação com a ontologia, a realidade, à qual se busca ter acesso, não corresponde a um bloco monolítico de ser, que cada cultura abordaria de acordo com uma perspectiva diferente, trata-se antes de realidades ou mundos habitados por outros.

Também no campo dos estudos de ciência e tecnologia é possível identificar um forte interesse na abordagem ontológica. Influenciados em grande medida por Whitehead, autores como Latour (2005,), Mol (1999; 2002) e Stengers (2002) exploram as associações por meio das quais diferentes entidades vêm a ser no mundo. Neste caso há também uma preocupação em marcar distância frente à concepção epistemológica e sua correlata preocupação com o modo como conhecemos ou representamos a realidade. Com efeito, há mesmo uma recusa direta à ideia de que há uma única realidade e muitas perspectivas (ou representações) sobre ela. No argumento avançado aqui, é a própria realidade que é múltipla e fluida; a atenção se volta, então, para as práticas, discursos, eventos que se constituem em ocasião para a articulação de novas entidades, que são sempre situadas em algum lugar e tempo. Diferente da ontologia “clássica”, não há qualquer princípio extra-histórico que explique a existência destas entidades ou que possa ser invocado para defini-las ou estabelecer sua essência.

Neste texto, primeiro trataremos rapidamente do significado da ‘virada ontológica’ na antropologia, depois abordaremos mais extensamente os estudos sobre ciência e tecnologia, para, em seguida nos determos mais na concepção de ontologia múltipla de Annemarie Mol e o modo como ela define quais são as suas consequências políticas.

A ‘virada ontológica’ na antropologia

O uso do termo ontologias, de acordo com Candea (in Carrithers et al, 2008), aparece com mais força na antropologia quando se espraia na disciplina a sensação de que a palavra cultura deixou de desempenhar a sua função, por não levar a questão da alteridade suficientemente a sério e, por conseguinte, por ter perdido seu vigor analítico e retórico. A necessidade da palavra ontologia

vem da suspeição de que falar de diferença cultural não implica em um reconhecimento suficiente da diferença. A expressão diferença cultural em certos contextos foi reduzida pela crítica cultural a um mero efeito da instrumentalidade política. Assim, por contraste, ontologia é uma tentativa de levar a sério os outros em sua diferença. Henare et al. (2006) argumentam que uma abordagem ontológica (que não privilegia epistemologia ou o estudo de representações construídas por outros povos acerca daquilo que nós, cientistas sociais, conhecemos como o mundo real) ao reconhecer a existência de múltiplos mundos, não parte do princípio de que há uma única realidade e muitas visões de mundo. Ou, como observa Viveiros de Castro: “A noção de ontologia tem seus riscos... contudo, eu penso que a linguagem da ontologia é importante por uma razão tática específica. Ela age como uma medida contrária ao artifício desrealizante frequentemente usado contra o pensamento nativo, que converte seus pensamentos em uma espécie de fantasia, ao reduzi-lo às dimensões de uma forma de conhecimento ou representação, que é uma epistemologia ou visão de mundo” (Viveiros de Castro, 2003: 18).

Além disso, Annemarie Mol observa quão importante – e difícil – é ir além de versões das diferenças culturais, que propõem um mundo composto de ‘pacotes culturais coerentes internamente e diferentes daquilo que está fora’ (2002). Similarmente, Henare et al. também sugere uma concepção de diferença bastante distante dos ‘pacotes culturais coerentes’ associados a grupos de pessoas. As ontologias não supõem uma coerência interna, mas a realização de mundos que comportam discrepâncias, tensões e distintas formas de associação.

“Virada Ontológica” nos estudos de ciência e tecnologia

Assim como na teoria antropológica, a virada ontológica nos estudos de ciência e tecnologia também envolve uma rejeição à abordagem epistemológica, à hegemonia da representação e à concepção de ciência como uma esfera bem delimitada, autônoma, dotada de coerência interna que se relacionaria com outras esferas situadas em seu exterior, como a política. Vejamos, de modo

sucinto, como a questão ontológica passa ter mais peso neste campo de estudos.

As ciências sociais, quando passam a tomar a ciência como objeto de interesse, não abordam diretamente os conteúdos das ciências, mas os aspectos normativos do comportamento dos cientistas, as hierarquias da carreira, a influência de certos aspectos culturais sobre o desenvolvimento de instituições acadêmicas etc. Com frequência, a posição das ciências como modelo de racionalidade era mantida, e as explicações sociológicas sobre a ciência diziam mais respeito a situações em que se observava algum “erro” ou “desvio” de cientistas, pois os “acertos” não careciam de qualquer esforço explicativo, na medida em que eram considerados como resultado direto do uso metódico da razão que permitia ao cientista representar, de modo adequado, os fenômenos dados na natureza, que se apresentavam sob a forma de evidências empíricas não contestáveis.

O realismo ingênuo implicado em tal posição foi questionado de vários modos, em especial a partir da segunda metade da década de 70 do século XX, quando começa a haver um adensamento da reflexão sobre ciência e tecnologia. Neste momento emergiram as diferentes posições construtivistas no campo de estudos de ciência e tecnologia, que afirmavam fortemente a presença do social e do político no conhecimento científico. Este, observava-se, depende de valores, interesses, ideologias e recursos disponíveis para pesquisadores, no laboratório ou em campo.

Devemos a Bloor (1991) uma das ideias chave da crítica ao realismo ingênuo: a noção de simetria, que implica na adoção por parte dos cientistas sociais de uma atitude de abstenção com relação ao que é considerado veraz ou falso na ciência da natureza, e envolve também uma busca de explicação causal dada nos mesmos termos para o erro ou a verdade. Com isso Bloor (1991) rompe com o que chama de “sociologia do erro”, voltada apenas para a justificativa de erros, falhas, desvios ou impasses dos cientistas, pois o lógico e veraz parecia não requerer explicação, na medida em que se sustentaria na própria racionalidade. O ponto mais forte de seu argumento é: não podemos ceder à

crença pueril de que a verdade está referida à natureza, enquanto a incorreção ou o engano estão referidos ao social. O contexto social permeia toda a ciência, portanto, é necessário que tratemos de modo simétrico seus vencedores e vencidos.

As etnografias de laboratório – ainda que se afastem do programa forte de Bloor – reforçaram a crítica ao realismo ingênuo, ao contestarem a ideia de que o empreendimento científico pode ser pensado em termos meramente descritivos (LATOURE e WOOLGAR, 1997; KNORR-CETINA, 1983, 1999; LYNCH, 1991). Os estudos voltados para a observação dos contextos de ação de cientistas, segundo Knorr-Cetina (1983), apontam para o caráter situado, contingente e construtivo da ciência e procuram delinear os modos através dos quais seus objetos são produzidos e reproduzidos nos locais de prática. Além disso, os estudos de laboratório aprofundam o insight de Bloor, segundo o qual as dimensões sociais e cognitivas da ciência estão entrelaçadas e são indissociáveis.

Há ainda mais uma mudança de ênfase que precisamos considerar para compreender mais plenamente a virada ontológica nos estudos de ciência. Os processos e entidade materiais envolvidos no fazer científico passaram a receber mais atenção por conta dos estudos que envolvem a observação da prática científica. Há um deslocamento do interesse das teorias e ideias presentes na ciência, para as associações entre humanos e não humanos envolvidos em sua prática. Tal mudança de eixo envolveu a construção de teorias mais elaborada acerca da agência material (PICKERING, 1995), dos objetos (Knorr-Cetina, 1995) ou de não-humanos (CALLON, 1986 e LATOUR, 1999), renovou a reflexão na própria teoria social e não apenas no campo de estudos sobre ciência. Esta abordagem contribuiu fortemente para revigorar a discussão sobre práticas sociais – uma das preocupações centrais da teoria social contemporânea – ao reivindicar o retorno do realismo para o cerne deste debate (LATOURE, 2005).

Thevenot (2001), por exemplo, sem abandonar a orientação pragmática presente nas concepções que priorizam a ação, detecta algumas delas,

notadamente na abordagem à prática proposta por Bourdieu, uma tendência a acentuar excessivamente o hábito e a repetição. Tal ênfase, segundo ele, conduz a teoria a um certo fechamento à novidade e a uma perda de realismo na compreensão da prática, pois, na medida em que esta é concebida como “regular e estável, dificilmente pode ser vista como ajustamento realista a um mundo resistente, em mudança e transformação” (THEVENOT, 2001, 58/59).

O que mesmo propõe esse novo realismo? Visa encontrar um caminho alternativo à visão dicotômica que impõe a escolha entre, de um lado, a versão positivista dos fatos, para a qual a matéria é um dado bruto do mundo, sempre a mesma em qualquer lugar, e, de outro, a versão desconstrutivista, segundo a qual aquilo a que temos acesso é apenas à plasticidade sem fim do significado, sempre fragmentado e perspectivado. A posição neo-realista rejeita os termos dessa escolha – entre positivismo e desconstrucionismo – e afirma a existência de coisas que são simultaneamente materiais e significativas; possuem plasticidade, mas também constroem e limitam as práticas; nesta perspectiva as coisas não são inertes, possuem forças, trajetórias, tendências, propensões, recalcitrância e trazem uma margem de indeterminação que não nos permite fixar de antemão tudo que podemos esperar delas. A ciência, nesta concepção não é feita apenas de padrões de carreira e reconhecimento, habitus, lutas pelo poder e acordos entre cientistas, ela é também feita de substâncias, equipamentos, animais, coisas que são convocadas a participar da ciência, são submetidas a provas e podem falhar, atuar de modo diverso do esperado, bem como sugerir e abrir novas questões de investigação.

O passo inicial para a virada ontológica foi dado: as ciências são conhecidas a partir do modo como se fazem na prática. Há uma mudança de um idioma representacional para um idioma performativo nos estudos de ciência e tecnologia, e, concomitantemente, um deslocamento do interesse em epistemologia para uma preocupação com a compreensão acerca de como realidades são construídas, ou seja, como ganham forma na ação. E a própria ação já não é mais compreendida como algo que diz respeito apenas a agentes humanos.

Acentuar o entrelaçamento de atores humanos e não humanos na ciência justamente desafia a epistemologia tradicional, pois tais atividades tais como observar ou representar não são vistas como distintas de intervir ou construir; ao invés disso, são consideradas como modos específicos de intervir e construir a realidade. De acordo com essa visão, epistemologia é transmutada em ontologia, as ciências são reformuladas como atividades prática que aspiram a reconstruir o mundo ao acrescentar novos elementos com novas capacidades e novas relações. Conhecer se convertem em um estilo particular e em um método de conectar e cooperar com atores específicos (humanos e outros), portanto, de moldar a realidade, ou seja, fazer ontologia prática.

A noção de Mol de política ontológica herda e transforma o espaço conceitual aberto no debate sobre a construção social da realidade que envolveu realistas e relativistas nos estudos de ciência e tecnologia nos anos 80. Este debate também diz respeito a quem tem o poder de determinar o que é real. O território em torno da política ontológica é marcado pelo modo como poder é produzido e reproduzido nas performances tecnocientíficas das realidades.

Ontologia Múltipla e Política Ontológica

Nesta sessão em que explico mais diretamente a posição de Annemarie Mol, sua definição de ontologia múltipla e política ontológica, me deterei principalmente no livro escrito por ela em 2002, "The Body Multiple". Neste livro ela explora diferentes versões de uma doença, a aterosclerose. Mas não se trata, como enfatiza a autora, de mostrar quais são as distintas perspectivas sobre uma doença única. Se assim fosse teríamos um objeto unificado ao qual diferentes olhares se dirigiriam, o que se multiplicaria seriam os pontos de observação. O argumento defendido por Mol é que a própria doença é múltipla, sua realidade se multiplica a partir dos diferentes modos como ela é atuada (enacted) em distintos contextos de prática em um hospital na Holanda. Embora, ela apresente uma etnografia da doença, seu trabalho, é definido por ela como filosofia empírica.

Influenciada pelos estudos de ciência e em especial pela teoria do ator rede, mas em diálogo com a antropologia médica, Mol coloca a esta última tradição o seguinte problema: o que é a realidade da doença? Para ela há dois momentos claros na resposta a essa pergunta dentro da antropologia médica. Primeiramente, se considerava que havia um substrato biológico comum à humanidade, a doença (disease) corresponderia a uma entidade natural e objetiva dada em um mundo de fatos e seria recoberta de significados de acordo com as diferentes culturas, perspectivas ou visões de mundo (reunidas sob o rótulo de illness). Em um segundo momento, esta abordagem, criticada pela assunção acrítica de pressupostos da ciência médica ocidental, foi substituída por uma posição que não mais aceitava a existência de uma realidade subjacente às diferenças de significados, a própria noção da existência do corpo ou da doença como entidade seria ela mesma mais uma perspectiva. A pergunta sobre a realidade da doença não mais faz sentido neste caso, ao contrário, já que não havia mais uma natureza a qual se apelar, o ponto era justamente desnaturalizar e desconstruir a doença como entidade biológica. O problema, segundo Mol, é que neste caso a doença em sua realidade permanece intocada, o corpo físico é deixado de lado e ficamos apenas com interpretações. Buscando uma saída para o perspectivismo, Mol propõe um retorno à realidade, tal qual ela é atuada na prática, em suas praticidades, materialidades e associações. Como há diversas formas de atuação da doença, há também várias doenças.

O problema que Mol tem que enfrentar é, como, sendo múltipla, a doença não se fragmenta em muitas entidades distintas, ao contrário, as práticas são consideradas como diferentes versões de uma mesma doença. Segundo ela, a doença é mais que uma e menos que várias. Como isso é possível? Mol não dá uma resposta abstrata a esta questão. Assim como a doença é sempre atuada em uma prática, a sua unidade não é prévia, mas resulta de um trabalho, é uma realização. Portanto, a resposta a essa pergunta só pode ser encontrada na prática e na atenção que deve ser dada aos seus modos de coexistência.

A doença na clínica é atuada como dor ao caminhar e realizada pela conversação entre médico e paciente, além de outros componentes da situação. Na patologia é atuada como um ateroma aderido às artérias e visto no microscópio. Na cirurgia como uma obstrução em uma artéria que precisa receber algum tipo de intervenção de modo a fazer com que o sangue volte a fluir. Na medicina interna é um processo, que evolui ao longo do tempo, de oclusão das artérias e se completa com sua obstrução. E há ainda outras versões da aterosclerose, bem como várias técnicas através das quais a aterosclerose se faz visível, cognoscível, audível. E uma não exclui a outra e elas podem se coordenar, se alinhar em uma direção, por exemplo, quando o relato de dor do paciente é compatível com as imagens mostradas no exame e na tomada de pressão arterial da perna quando comparada com a pressão tomada no braço. Mas elas também podem se chocar, se suceder, ser adicionadas uma a outra etc. O que importa para ela justamente é explorar as formas de coexistência destas diferentes da doença.

Diferente de Latour, que tende a enfatizar a existência de controvérsia acerca de entidades que se convertem em questões de interesse e procura acompanhar o destino destes objetos até o encerramento da controvérsia, para Mol as diferenças podem conviver sem que isso implique necessariamente na existência de um fato controverso a espera de seu fechamento. As diferentes versões da doença, não são necessariamente controversas, elas estabelecem relações distintas entre si, coexistem.

Na proposta apresentada por Mol, mudar da compreensão do objeto como o ponto focal de várias perspectivas para seguir o modo como suas versões são atuadas em uma variedade de práticas, implica em uma mudança da pergunta como a ciência representa seus objetos para perguntar como ela intervém. Isto significa que o que interessa aqui prioritariamente já não é o conhecimento, como uma afirmação sobre verdadeira a realidade, mas como uma prática que interfere em outras práticas. O conhecimento, portanto, participa da realidade, não é exterior a ela.

Há várias consequências que se pode extrair disso. Primeiro, Mol considera que há uma mudança na relação entre as ciências. Não há mais fronteiras tão claras entre as disciplinas, traçada pelos objetos que pertencem a cada uma delas. Se nos mantivéssemos no modelo mais tradicional, das delimitações bem estabelecidas, só a medicina poderia falar sobre doença, as ciências sociais falariam talvez dos aspectos psicossociais da doença, ou seja, se deteria na camada de significados (superficial) que recobre o objeto. Se se aceita essa divisão, é preciso aceitar também que os objetos precedem as ciências, além de tomar como pressuposto a separação entre corpo e mente, cultura e natureza, *disease* e *illness*, entre sociologia e biologia.

Contudo, se o conhecimento é antes de tudo uma participação na realidade – ao invés de descrição e representação de objetos dados previamente, a compreensão das relações entre as ciências também passa por uma transformação. Na prática os fenômenos não pertencem a ordens separadas. Se voltarmos à aterosclerose e suas versões, a decisão sobre tratamento tem a ver com a extensão da estenose, mas também com a extensão de dias de permanência no hospital. Não faz sentido, na prática, dizer que ambas pertencem a duas camadas diferentes de realidade. As duas são relevantes e reconhecidas conjuntamente no hospital. Portanto, o que as diferentes ciências têm a oferecer não são vários objetos, mas distintas realizações, ou técnicas de intervenção e, com efeito, diferentes métodos.

Neste livro, ela argumenta que distintas praticidades (de pesquisa, diagnóstico e tratamento) endereçam uma aterosclerose ligeiramente diferente. Esta ideia não é estranha ao hospital, os próprios médicos, por exemplo, reconhecem este fato quando duas atuações divergem, se aquilo que acontece na clínica não se alinha com o resultado de exames, eles podem deixar de considerar a imagem como uma representação do que se encontra ao interior das artérias e atentar para o modo como as imagens são produzidas para explicar porque se deu o choque entre as duas versões (o exame pode não ter sido bem realizado ou há uma possibilidade sistemática de um determinado equipamento produzir distorcidos). Os profissionais possuem dois repertórios, podem por as

practicalidades entre parênteses – para ter um desempenho confiante – ou manter as practicalidades da atuação da doença visíveis de modo que eles possam duvidar. Eles podem ceder espaço a outras atuações da realidade, outras versões da doença a ser diagnosticada ou tratada, ou fechar as alternativas de modo a seguir adiante de acordo com sua definição de situação. Dúvida e confiança se alternam no hospital, os participantes nas atividades sabem como cambiar de uma a outra.

Para Mol, diferente dos demais profissionais, ela, como antropóloga deve se abster de usar de alternar entre confiança e dúvida. Sua análise precisa abrir e manter aberta a possibilidade de que as coisas possam ser feitas de outra maneira, isto diz respeito à sua concepção de multiplicidade ontológica. Para ela, a prática médica nunca pode ser tão segura de si, de tal modo que não possa ser diferente, a realidade nunca é tão sólida de modo que seja apenas singular, em qualquer circunstância sempre há alternativas. Não há corpo isolado que possa oferecer um lugar além da dúvida, se os corpos são atuados variadamente, não podem responder sozinhos à questão: o que fazer? A realidade não define de antemão o que devemos fazer, mas a pergunta a ser feita é, com que realidade devemos viver, pois ela se move e não nos oferece um apoio plenamente seguro. Se a grande questão filosófica acerca da realidade era: como podemos estar seguros a respeito dela? Agora, com a virada para a prática, é: como viver com a dúvida? Como podemos agir em um mundo não determinado? Se a questão do que fazer não mais depende de um real definido previamente, então, ela depende de que? Ela responde: “Eu sugiro que se nós não mais podemos nos sentir seguros ao perguntar este conhecimento é verdadeiro com relação ao seu objeto, vale mais a pena perguntar esta prática é boa para os sujeitos (humanos ou outros) envolvidos nela? Se uma representação fiel não mais sustenta o poder de fundamentar-nos, nós podemos ainda buscar intervenções positivas. Portanto, ao invés da verdade devemos, nos orientar pelo bem (goodness). Ou melhor, não o bem como se existisse uma única versão dele, mas bens (goodnesses)” (Mol, 2002, p.).

O reconhecimento de que a medicina está entrelaçada com o bem, ou bens, conduz à questão do que às vezes é chamada a autonomia do paciente. Argumenta-se que os pacientes, ao invés dos profissionais, devem decidir o que é bom para elas, as escolhas devem ser regidas por suas normas. O papel destinado ao profissional seria apenas o de informar quais são as opções com as quais os pacientes contam, para que possam fazer seu próprio julgamento. Por nestes termos a questão é tentar simplificar algo que é bastante complexo: a decisão acerca do que é bom. Mol se refere a esta concepção de escolha como uma “política do quem”. Usualmente esta simplificação corresponde a dois modos de considerar o paciente e sua posição na tomada de decisões. No primeiro caso, utiliza-se o modelo do mercado. Neste caso, o paciente é considerado como um consumidor prestes a decidir entre produtos postos a sua frente. O médico, por sua vez, faria o papel do vendedor que dá aos pacientes sobre os produtos à disposição. É como se cada opção dada pelo médico fosse um bem que pode ser adquirido – comprado – pelo paciente. O indivíduo é tratado como um consumidor de um produto de saúde (independente do fato dele efetivamente pagar pelo serviço ou não). O segundo modo de lidar com a escolha é de caráter cívico. O médico faz intervenções nos modos de vida das pessoas, de modo que eles se assemelham mais a soberanos que a vendedores. A metáfora cívica envolve uma concepção de paciente em que este é visto como um cidadão que merece ter jurisdição sobre as intervenções feitas sobre seu corpo e vida. Decisões são singularizadas, e o paciente tem que ser capaz de argumentar civicamente em favor de um curso de ação ou outro. As intervenções, na metáfora cívica, podem envolver organização não só de indivíduos, mas de próprio corpo político. O paciente cidadão na política do quem é uma espécie de representante de si mesmo quando decisões sobre saúde são tomadas. Tanto a metáfora do mercado quanto a cívica têm em comum uma preocupação com quem decide. Ela aponta problemas com essa “política do quem”, principalmente, a suposição de que as vontades e desejos das pessoas são formados, claros e determinados fora da situação.

Contra essa política ela argumenta que a questão mais importante pode não ser o quem decide, mas sim o que deve ser feito? O que é o bem nesta situação?

Isto nos conduz a outro problema com a “política do quem”, ela isola os momentos em que a escolha é feita, separa a tomada de decisão da história que produziu aquela situação. No entanto, vários elementos relevantes para fazer ou desfazer os bens da vida envolvidos na tomada de decisão escapam do momento da decisão.

O terceiro problema com a política do quem é que ela é pretensamente aspira a reduzir o poder dos profissionais quando reforça a noção de escolha do paciente. Mas afinal das contas acaba por reforçar a força dos médicos na medida em que garante a eles o domínio dos fatos, que se incumbem de informar aos pacientes. É como se a posse dos fatos envolvesse a exibição de uma tabela neutra contendo prós e contras. Mas que fatos devem ser apresentados? Quais são pertinentes para a realidade da aterosclerose: a da patologia, da clínica etc.? Informação apresenta sempre alguma versão da realidade, que não vem antes da prática, nem depois, mas se entrelaça nela. É um ponto crítico separa fatos e valores, deixar os médicos com os primeiros e os pacientes com os segundos. Latour (2004) já mostrou sobejamente os perigos dessa separação e as dificuldades relativas à manutenção da divisão que em última instância implica em tomar como universos incomensuráveis fatos e valores, natureza e cultura.

Por isso, para Mol, a questão é menos de modificar os limites do poder decisório de médicos e pacientes, mais de buscar novos modos de compartilhar o mesmo território. No hospital a questão mais importante não é quem, mas o que fazer. Por isso ela propõe em lugar de uma “política do quem” uma “política do que”.

Para a medicina o que fazer foi sempre uma questão importante e sempre teve reconhecida sua dimensão normativa. Contudo, as normas envolvidas na resposta a essa pergunta foram naturalizadas. Considera-se que salvar vidas e melhorar a saúde são sempre desejáveis, são, com efeito, os princípios do que a medicina deve fazer. O valor da vida e da saúde, julga-se, é dado por nossa existência física e é posto acima de qualquer disputa. Usualmente os parâmetros de avaliação das intervenções médicas são dados por medidas quantificáveis de sucesso (no caso da aterosclerose, por exemplo, melhoria nos

índices de pressão). Mas em uma política do que esses parâmetros se mostram insuficientes, pois foram estabelecidos em um momento em que os objetivos das intervenções médicas eram considerados como dados pelas características naturais do corpo. Ela pergunta: será que no tratamento de certos tipos de câncer, adiar a morte, a custo de muito sofrimento do paciente, é mesmo sempre a melhor opção? A meta da sobrevivência perde sua autoevidência. O termo qualidade de vida foi cunhado para preencher o espaço deixado pelo desapontamento das pessoas apenas com a sobrevivência. Mas é preciso ainda certamente desnaturalizar o que significa qualidade de vida nestas avaliações. O que é uma boa vida deve ser reconhecido como algo sujeito a contestação e, portanto, como uma questão política.

Uma “política do que” assume que as metas das intervenções médicas são políticas. “Uma política do que explora não a diferença entre médicos e pacientes, mas entre as várias atuações de uma doença particular” (p. 176). E as diferenças entre as atuações implicam diferentes ontologias. Se cada uma faz um corpo diferente, também faz um bem distinto. Assim com o corpo é múltiplo, assim também é o bem. É por isso que o termo política é o mais apropriado. A ciência, por um longo tempo, sustentou, talvez continue a sustentar o fechamento em termos da apresentação de fatos. Na ética, a promessa de fechamento se dá, ainda que temporariamente, através de um raciocínio compartilhado e de um consenso. Em uma tentativa de romper com essas premissas, pode tornar “o que fazer” uma questão política, pois “O termo política evoca abertura, indeterminação. Ajuda a sublinhar que a questão o que fazer não pode ser fechada nem por fatos, nem por argumentos e consensos. O que fazer é um questão que vem sempre acompanhada de tensões ou dúvidas. Na cosmologia política do que fazer não é um dado na ordem das coisas, mas algo que necessita ser estabelecido”. Mas ela volta ao seu ponto anterior, falar de alternativas e contestação não implica em retomada da ênfase na escolha e no sujeito que decide. Multiplicidade não equivale a pluralismo.

O pluralismo, de um lado, se põe contra a ideia de uma verdade única enunciada por experts, o perspectivismo fala da existência de vários experts, com diferentes horizontes, nenhum dos quais dotados de objetividade. Cada um

possui sua trajetória, habilidades etc. e traria um olhar diferente, produziria uma representação também distinta. Como essa diversidade pode ser avaliada? A resposta a isto é uma quebra com a visão monopolística da verdade, mas a realidade não se multiplica, apenas os olhares, pois cada perspectiva é exclusiva, discreta, existindo lado a lado em um espaço neutro.

Um segundo tipo de pluralismo é o construtivismo, que mostra como uma versão específica da realidade é tecida ao mesmo tempo em que a contesta, bem como desacredita as demais visões alternativas. Um ponto central ao argumento construcionista é que as versões alternativas àquela que efetivamente se consolidou e tornou-se aceita não eram fadadas ao fracasso desde o início, elas foram vencidas em algum momento, em uma história é contingente de luta pelo poder de determinar os fatos.

Em qualquer caso, as versões dos fatos são independentes. Mas as diferentes atuações de uma doença apresentadas por Lea não são independentes. A medicina é permeada de tensões, mas são raros os choques de paradigma. A interdependência entre as diferentes versões de qualquer doença torna “escolha” um termo pouco apropriado para articular a essência da política do que e também para as diferenças nas atuações das realidades. Se as práticas não atuam apenas uma entidade, mas evocam um mundo, então não é apenas a doença que vem em variedade, mas também as pessoas. Nós não temos o domínio – qualquer que seja nossa posição na situação, como médico, paciente, antropólogo – da realidade atuada, mas estamos envolvidos nela. Não há atores independentes situados fora da realidade que pode escolher em favor ou contra ela. A identidade do paciente, por exemplo, é algo que está sempre em questão. Ela propõe outros termos ao invés de escolha: desacordo, tensão, contraste, multiplicidade, interdependência, coexistência. Falar das tensões no hospital não implica em que ele viva em permanente desordem e caos, tensões se cristalizam em padrões de coexistência que só lentamente se dissolvem.

Conclusão

Falar de uma política ontológica envolve um questionamento acerca dos modos pelos quais o real está implicado no político e vice-versa. Se o termo ontologia

no sentido mais usual define aquilo que pertence ao real e às condições de possibilidade do nosso viver, como combinar esse termo com política, que em geral aponta para condições de possibilidade que não são dadas? Nessa junção se tece uma realidade que não precede às práticas mundanas, mas que é moldada por elas. O uso do termo política acentua o modo pelo qual se dá esse processo de formação e o fato de que ele é aberto e contestado.

Novas ontologias – no plural – emergem sempre no mundo e o uso de termo no plural se justifica, pois se a realidade é feita em muitos contextos locais, ela é múltipla. Multiplicidade, entretanto, não equivale a pluralidade. A política ontológica – que supõe multiplicidade – é informada por, mas não se confunde com, perspectivismo e construtivismo. O termo essencial para esta ontologia não é perspectiva ou construção, mas performance e atuação da realidade. A realidade é “feita” e “atuada (enacted)”, mais do que observada. Ao invés de falarmos de algo visto por inúmeros olhos, a realidade é manipulada pelo uso de vários instrumentos no curso de uma diversidade de práticas. Tais diferentes atividades fazem com que o objeto varie de um estágio a outro. Por isso, a política ontológica deve “tolerar finais abertos, encarar dilemas trágicos e viver em tensão” (83). Qual a vantagem de adotar essa ontologia que cultiva a dúvida e presta atenção ao modo como a ação é distribuída em diferentes contextos? Isso nos instiga a redescrever a natureza do social, amplia nossa sensibilidade aos diferentes poderes que circulam no mundo, pode conduzir a encontros mais cuidadosos entre pessoas e materialidades (BENNET, 2010).

Referencias

BENNETT, Jane. *Vibrant Matter: A political ecology of things*. Durham: Duke University Press, 2010.

BLOOR, David. *Knowledge and social imagery*. Londres: Routledge, 1991.

CALLON, Michel. “Some Elements of a Sociology of Translation: domestication of the scallops and the fishermen os St Brieuc Bay”, in John Law (org.), *Power, action and belief: a new sociology of knowledge?* Londres: Routledge, 1986.

Carrithers, M., M. Candea, K. Sykes & M. Holbraad 2008. Ontology is just another word for culture. Group Debates in Anthropological Theory (GDAT) (disponível em:

<http://www.socialsciences.manchester.ac.uk/disciplines/socialanthropology/research/gdat/documents/2008%20Ontology%20justanother%20word%20for%20culture.pdf>, acessado em 16 August 2011).

COLLINS, H. M., YEARLEY, Steven. "Epistemological Chicken", in Andrew Pickering (org.). *Science as Practice and Culture*. Chicago: The University of Chicago Press, 1992.

KNORR-CETINA, Karin. *Epistemic Cultures: How the Sciences Make Knowledge*. Cambridge, MA: Harvard University Press, 1999.

KNORR-CETINA, Karin. "New developments in science studies: the ethnographic challenge". *Canadian Journal of Sociology*, Vol. 8(2): 153-177, 1983.

LATOUR, Bruno. *Politics of Nature: how to bring science into democracy*. Cambridge: Harvard University Press, 2004.

LATOUR, Bruno. *Reassembling the Social: An Introduction to Actor-Network-Theory*. Oxford: Oxford University Press, 2005.

MARRES, 2009. Testing Powers of Engagement Green Living Experiments, the Ontological Turn and the Undoability of Involvement. *European Journal of Social Theory* 12(1): 117–133

MOL, Annemarie. (1999). Ontological Politics. A Word and some questions. In John Law, John Hassard (Ed.), *Actor Network Theory and After*. Oxford: Blackwell Publishing.

MOL, A. *The body multiple: ontology of medical practice*. Durham: Duke University Press, 2002.

PICKERING, Andrew. *The Mangle of Practice – Time, Agency & Science*. Chicago: The University of Chicago Press, 1995.

STENGERS, I. 2002. *Penser avec Whitehead. Une libre et sauvage créations de concepts*. Paris: Éditions du Seuil.

THEVENOT, Laurant. Pragmatic Regimes governing the engagement with the world. In *The Practice Turn in Contemporary Theory*, organizado por Theodore Schatzki, Karin Knorr Cetina e Eike Von Savigny. Londres: Routledge, 2001.

VIVEIROS DE CASTRO, Eduardo. *And*. Manchester Papers in Social Anthropology, 2003.